

‘Ministros de Bolsonaro são risco a direitos LGBTQIA+ no STF’, diz advogada

[\(Universa | 23/08/2021 | Por Mariana Gonzalez\)](#)

[União estável](#), [adoção](#), [doação de sangue](#), [criminalização da LGBTfobia](#) — estes são alguns dos avanços que o [movimento LGBTQIA+](#) conquistou nos últimos dez anos, no Brasil. Mas, diferentemente de outras mudanças na legislação brasileira, essas conquistas não vieram do Poder Legislativo, mas do Judiciário, por meio do [STF](#), que tem interpretado a Constituição de forma a reconhecer os direitos desta população.

A advogada Marina Ganzarolli, presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB de São Paulo, no entanto, vê riscos neste “deslocamento” da busca por direitos do Congresso para o Supremo: “Hoje temos maioria favorável às questões LGBTQIA+ no STF. Mas isso pode se perder com o tempo, se continuarem ocorrendo substituições por ministros terrivelmente bolsonaristas”, como o [Advogado Geral da União André Mendonça](#), indicado em julho pelo presidente [Jair Bolsonaro](#) (sem partido).

Ela é a primeira pessoa LGBTQIA+ a ocupar a presidência da Comissão, que existe há 11 anos, e é, também, a única mulher lésbica entre os 200 conselheiros da seccional, a maior do Brasil.

Em 15 anos de experiência em questões de gênero e diversidade, a advogada cofundou a Rede Feminista de Juristas e o [movimento #MeTooBrasil](#). No mês da Visibilidade Lésbica, ela fala a **Universa** sobre as ameaças do atual governo a conquistas LGBTQIA+, gargalos da Justiça no atendimento a esta população e direitos que ainda precisam ser garantidos para continuarmos caminhando em direção à igualdade.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)